



## **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO IFRN**

Autor (1) Etiene Figueiredo Ferreira; Co-autor (1) Gizelle Rodrigues dos Santos

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN; [etiferreira2005@hotmail.com](mailto:etiferreira2005@hotmail.com)

<sup>2</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN; [gizellesantosifrn@gmail.com](mailto:gizellesantosifrn@gmail.com)

### **Resumo:**

A característica marcante das instituições de educação profissional criadas no início do século XX eram as iniciativas assistencialistas, pois eram voltadas às classes proletárias e não existiam muitas condições estruturais do ponto de vista pedagógico. Assim, a assistência estudantil se constituiu dentro do próprio processo de criação dessas escolas. Após a expansão e a interiorização dessas instituições, no século XXI, a assistência estudantil foi uma das políticas que ganharam destaque, devido à diversidade dos alunos. Dessa forma, esse artigo faz uma análise do percurso histórico da Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional brasileira, com ênfase no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A metodologia se constituiu em uma abordagem qualitativa, análise documental e revisão bibliográfica. O percurso metodológico se fez a partir das narrativas contidas no Portal da Memória do IFRN, além da análise dos decretos e documentos que traduzem essa história e nos fazem refletir sobre a Assistência Estudantil. Nossa concepção metodológica foi o materialismo dialético. Finalizamos com os desafios que temos para essa política passado o centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a sua expansão, pois a noção de assistência ao estudante deve estar vinculada a um projeto acadêmico. Nesse contexto, pode-se afirmar que as experiências da assistência estudantil devem ser entendidas como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e, portanto, que se possa assegurar a igualdade de condições de acesso, favorecer a permanência e contribuir para a conclusão do curso.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil, História, Educação Profissional.

### **Introdução**

A herança escravista brasileira influenciou de forma preconceituosa as relações sociais e como a sociedade via a educação e a formação profissional. Com a chegada do período republicano, ainda não se tinha a presença das indústrias, mas era preciso conter os contingentes das classes menos favorecidas, ou seja, ex-escravos que precisavam aprender algum ofício, e também haver uma contenção social do que era considerada uma desordem social (GOMES, 2006).

Foi nesse cenário que o então presidente Nilo Peçanha criou por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, para assistência aos filhos dos trabalhadores e desvalidos sociais urbanos, marcando a implantação do ensino técnico federal no país (BRASIL, 1909). Analisando este documento, percebemos que as



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

escolas tinham um cunho assistencialista, cujo maior objetivo era o da regeneração pelo trabalho.

A característica marcante dessas instituições de educação profissional eram as iniciativas assistencialistas, e, de fato, não existiam muitas condições estruturais do ponto de vista pedagógico.

Para Gomes:

A rede de ensino profissional oficial não caminhava bem em sua primeira década de existência. Sérios problemas surgiram ao longo daqueles primeiros anos e, nesse sentido, poder-se-ia falar de problemas de toda ordem, tanto de ordem material, operacional, corpo docente despreparado, como alto índice de evasão dos alunos. Diante das dificuldades surge a necessidade imperiosa de uma substancial remodelação do ensino profissional técnico (GOMES, 2006, p. 36).

Diante desse quadro, eram poucos os alunos que conseguiam concluir os cursos. Os principais motivos eram a pobreza e a necessidade dos jovens adolescentes de trabalhar e ajudar suas famílias, isso acontecia tão logo eles tivessem algum conhecimento mínimo que pudessem lhes encaminhar a algum trabalho (PEGADO, 2010).

A primeira forma de programa de assistência estudantil era a permanência desses alunos nos regimes de internatos. Para Anísio Teixeira, isso refletia mais o caráter assistencialista que o cunho de estabelecimento de ensino.

O que se observou ao longo dos tempos foi que as massas dos filhos dos trabalhadores só poderiam efetivamente permanecer nessas escolas se recebessem auxílios externos. Assim, ao longo dos anos, foram surgindo as bolsas de estudos e estágios remunerados.

É importante reconhecer o avanço histórico que tivemos nas ideias de Educação Profissional e de trabalho já na década de 1970. Por outro lado, essas escolas até os dias atuais se mantêm recebendo filhos, jovens e adultos da classe trabalhadora que buscam não só uma educação profissional, mas uma formação que seja capaz de fazê-los alcançar além do mercado de trabalho e tem-se sistematizado a assistência estudantil como uma garantia de acesso e permanência.

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Norte (IFRN) se confunde com a história da Educação Profissional no Brasil, tendo surgido como Escola de Aprendizizes Artífices do estado do Rio Grande do Norte, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (PEGADO, 2010).

Em 1994, com a promulgação da Lei nº 8.948, doze Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), dentre elas, a do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1994).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Em dezembro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892 pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, os CEFET's foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja estrutura passou a ser semelhante à das universidades. Dessa forma, o CEFET/RN passou a designar-se IFRN (BRASIL, 2008). Assim, iniciou-se a expansão da rede que foi acompanhada por um aspecto relevante: a interiorização dessas instituições por todo o país e, no caso específico do IFRN, totalizando atualmente 21 *campi* e a Reitoria.

Assim, traçamos como objetivo para esse artigo fazer uma breve análise do percurso histórico que a Política de Assistência Estudantil teve na Educação Profissional brasileira, tendo como campo empírico o IFRN.

Finalizamos com os desafios que temos para essa política passada mais de 100 anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de sua expansão.

## **Metodologia**

Para a elaboração deste trabalho, a metodologia adotada foi alicerçada na abordagem qualitativa e tratou-se de análise documental e revisão bibliográfica.

As análises seguiram um percurso metodológico a partir das narrativas do Portal da Memória do IFRN e de decretos e documentos que traduzem essa história, além de autores como Medeiros, Cunha, Ciavatta e Ramos, dentre outros que nos deram o norte teórico nos fazendo refletir sobre a Assistência Estudantil.

Nossa concepção metodológica é o materialismo dialético, pois na interpretação das fontes é preciso compreender as intencionalidades, os fins e a que se propõem a partir das interpretações marxistas sobre a dimensão histórica e ontológica do trabalho, a relação educação e trabalho e a formação humana integral<sup>1</sup>.

## **Resultados e Discussão**

A fim de recuperar historicamente determinações que dimensionaram a assistência estudantil no país, são apresentados documentos legais seguindo a ordem cronológica dos fatos. Além disso, em alguns pontos, faremos um paralelo entre a história da assistência estudantil e a da educação profissional. Consideramos assistência estudantil a organização de

---

<sup>1</sup> Discutindo a problemática da formação humana, Moura *et al.* (2015) partem do pressuposto de que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação onilateral, integral ou politécnica. Estes autores apontam que Marx, ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, estaria claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação onilateral, cuja concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

serviços de apoio discente ou iniciativas que busquem democratizar o acesso ao ensino e favorecer a permanência do estudante no contexto escolar.

O surgimento da educação está diretamente relacionado com a existência e condição humana, que é a necessidade de produzir sua própria vida, a necessidade do trabalho (SAVIANI, 1996).

Desde os primórdios da existência humana, as ideias que relacionam trabalho e educação nos remetem ao entendimento de que o homem, ao produzir sua existência, educava-se dentro deste processo. Lidando com a terra, com a natureza, relacionando-se uns com os outros – pois tudo era feito em comum – os homens se educavam e educavam as novas gerações (SAVIANI, 1996).

Segundo Ciavatta (2009), a escola do trabalho do início do século XX oferecia uma educação assistencialista. Para ela, a ideia de assistencialismo nasceu a partir da degeneração da sociedade agrária e escravocrata para uma sociedade urbana e industrial.

As Escolas de Aprendizes Artífices, existentes de 1909 a 1936, traziam essas características muito marcantes, com um público alvo composto por meninos de 10 a 13 anos, de baixa renda e oferecendo cursos de baixa empregabilidade, como marcenaria, sapateiro, funileiro, alfaiate e serralheiro, no caso de Natal. A escola não tinha um projeto pedagógico, ou mesmo uma estrutura financeira de suporte aos alunos. Para sua caixa de manutenção, a escola vendia os materiais produzidos pelos alunos nas oficinas e, a partir disso, adquiriam-se recursos para a manutenção desse espaço e do próprio aluno. (PEGADO, 2010). A assistência estudantil se constituiu dentro do próprio processo de criação dessas escolas. Na década de 1920 começou uma reformulação desse ensino.

A partir de 1937 houve a mudança para Liceu Industrial de Natal, já com influências de um país que começou a se industrializar e com a presença da instrução militar dentro da escola (PEGADO, 2010).

Analisando esse percurso histórico, as mudanças de nome também traduzem o perfil que a escola vai ganhando ao longo dos anos, pois em 1930, no Brasil, tem-se o processo de estruturação da industrialização, onde começou um ciclo de modernização dentro do capital.

Em 1942, os Liceus passaram a se chamar Escolas Industriais, as programações curriculares dessas escolas começaram a ser mais sistematizadas a partir da lei orgânica do ensino, e a faixa etária mudou, passando a ser receber alunos de 12 a 17 anos (BRASIL, 1942).

Com a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e adquiriram o nome



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

de Escolas Técnicas Federais, ocorreu a autorização da implementação de cursos técnicos e a concessão de autonomia didática e de gestão (BRASIL, 1959). Em relação à Escola do Rio Grande do Norte, relata Pegado (2010) que sua alteração só se deu em 1968, passando a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) e a ofertar cursos como: Eletrotécnica, Mecânica, Mineração e Geologia.

A Assistência Estudantil também começou a ganhar um perfil mais organizado do ponto de vista de política de assistência com chegada dos profissionais de Serviço Social a essas escolas e a participação deles no dia a dia de acompanhamento às necessidades desses alunos, pois, essas escolas, pelo próprio perfil de seu público, sempre tiveram alta evasão e dificuldades de permanência. É preciso localizar esse modelo de assistência no tempo, é necessário compreender que princípios políticos e ideológicos norteavam a assistência social: era como direito ou assistencialismo?

A década de 1960 foi um momento de muitos embates na formação profissional no país. E como se comportava a educação profissional que era o grande alvo dessas mudanças e como essas relações trabalho e educação foram sendo trabalhadas nesse período?

De acordo com Almeida (2005, p. 10), a política de educação pôde ser concebida como expressão das respostas de enfrentamento da questão social, pois representou o resultado das lutas pelo reconhecimento da educação pública como direito social e ressaltou a realidade brasileira: “a educação não ter se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido”.

Dessa forma, a inserção do serviço social na Escola Industrial se deu em 1962 pelo Decreto nº 994. Sobre a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), Medeiros (2011) realça o Movimento de Base em Natal (MEB) e relata a chegada da professora Nazira Abib Oliveira Vargas, que traz de São Paulo uma visão diferente da abordagem assistencialista e limitada, ainda comum nas escolas:

Era necessário inicialmente conhecer os possíveis aliados. No Serviço Social eu pude contar com a assistente social Maria Duarte, minha companheira do período do MEB, o que facilitou a integração dos dois setores. (MEDEIROS, 2011, p. 92).

Nesse mesmo trecho, a autora ressalta no depoimento da professora Nazira que o Serviço Social ajudou a integrar o trabalho com os alunos, os professores e a comunidade. A partir desse relato, é possível ter uma ideia do papel desse profissional como mediador.

Nesse período, foi possível constatar em narrativas presentes no Portal da Memória do Centenário da Rede Federal, criado pelo IFRN, que alguns alunos da instituição fazem menção à existência de bolsas de estudo e de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

alimentação, que eles chamam de “xepa”. Outro fato inusitado foi, ainda na década de 1960, a visão de assistência social como o repasse de informações sobre etiqueta social aos alunos vindos das famílias humildes. Em outra passagem, foi possível visualizar os critérios em que se baseavam o acesso à assistência estudantil, a partir do relato dos grupos de bolsistas:

Os grupos de bolsistas eram compostos por alunos da 2ª e 3ª séries dos cursos de Estradas e Mineração, selecionados entre 34 inscritos, por critérios baseados no rendimento escolar, em necessidades de ordem financeira, aptidões, capacidades e atitudes pessoais. A iniciativa constituía uma ação do Setor de Pesquisa e Serviço social da ETFRN, cuja Política priorizava uma assistência mais educativa e menos paternalista, incluindo a inserção do aluno nas diversas programações da Escola, como a alfabetização de adultos da comunidade-bairro do entorno da ETFRN, cursos para os pais e a realização, anual, do Seminário de Difusão do Ensino Industrial.” (MEDEIROS, 2011, p. 97).

O período como ETFRN, entre 1968 e 1998, foi a fase da instituição no qual o nível de organização didático-pedagógico e social foi bem intenso e o momento em que ela se consolidou como uma grande referência não somente no ensino técnico, mas também propedêutico, principalmente na década de 1980, com a efervescência política da redemocratização do país, por meio da promulgação da Carta Magna de 1988, cujo Art. 205 consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, buscando o exercício da cidadania, bem como ressaltando a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Tendo, pois, como princípio a educação enquanto direito de todos e dever do Estado, inclui-se aí a obrigatoriedade deste assegurar, por meio de recursos públicos, que todos os estudantes possuam as mesmas condições de concluir o seu curso, visto que os de baixo poder aquisitivo se encontram em desvantagem, concedendo-lhes as mesmas prerrogativas desde o acesso básico a sua sobrevivência, como a moradia e alimentação, passando por bolsas de estudo, transporte, saúde, acesso à informática e ao conhecimento, por meio de cursos de línguas e informática, bibliotecas e laboratórios atualizados, participação em eventos acadêmicos, assim como, acesso à cultura e lazer, garantindo uma melhor qualificação profissional aos estudantes de baixo poder aquisitivo, pois apenas a gratuidade do sistema público de ensino não garante aos que nele ingressa a certeza da permanência e da conclusão de seus estudos.

A então ETFRN, que antes era destinada aos filhos da classe trabalhadora, também começou a atrair os filhos da classe média alta, tanto que, como parte das ações também de assistência social, houve o Pró-técnico, em 1987, posteriormente mudando para PROCEFETRN, que eram cursinhos voltados aos filhos da classe trabalhadora. A escola também começou a destinar um sistema de cotas para



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

atender o seu público original que começou a ser excluído com a atração dos filhos da classe média alta. Visto que a escola já praticava o ensino médio integrado, dentro da visão da relação existente entre trabalho e educação, com a formação humana integral, ela também se tornou uma escola de altíssimo êxito para aqueles alunos que desejavam continuar a sua formação, porém agora na universidade.

Esse período de elitização da escola e da presença do Serviço Social no acesso à classe trabalhadora é percebido na história da instituição e da educação profissional a partir da seguinte transcrição da autora Medeiros:

Em 1979, do total de 783 alunos ingressantes no 1º ano dos cursos técnicos da ETEFRN, 30% correspondiam à clientela oriunda do Pró-técnico. Dentre esses, 24% pertenciam aos grupos D e E, classificados como não carentes segundo os critérios de caracterização socioeconômica da clientela ingressa na ETEFRN, realizada em conjunto pela Coordenadoria de Orientação Educacional e pelo Setor de Pesquisa e Serviço Social. De acordo com a assistente social Maria Duarte, os grupos sociais caracterizados como de classe média passaram a participar do processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos da ETEFRN na medida em que se divulgava o aumento do número de alunos aprovados no vestibular da Universidade Federal. (MEDEIROS, 2011, p. 98).

Constatava-se, assim, um processo lento e contínuo de elitização da escola observada a partir da caracterização socioeconômica realizada pelo Serviço Social, que refletia a necessidade de mudança nos critérios de seleção dos candidatos, também refletida no dia a dia, para que não se gerasse um *apartheid* social dentro da instituição.

Segundo Saviani (2007), a partir de 1990, a política de educação no Brasil, assim como outras políticas sociais, passou a ser desenvolvida de acordo com o projeto hegemônico, de caráter neoliberal, por meio da redução dos gastos públicos com a educação e outros direitos sociais, e da diminuição do Estado. As implicações sociais são desconsideradas no desenvolvimento econômico, causando uma gama de problemáticas sociais, como desemprego, exclusão social, aumento das desigualdades sociais, dentre outras.

Com a educação concebida como direito, iniciou-se uma luta para a constituição da Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a assistência social passando a fazer parte do grande arcabouço de leis sociais (saúde, educação e assistência social) (BRASIL, 1996).

No entanto, em 1997, a instituição sofreu um dos seus mais duros golpes do ponto de vista curricular, pedagógico, social e cultural, que foi o Decreto nº. 2.208/97 que separou a oferta do ensino médio do ensino técnico, possibilitando que ambos fossem ofertados separadamente (BRASIL, 1997). Foi o momento da crise de identidade e de investimentos. Contudo, em meio a essa crise ainda assim começou a se gestar um processo de expansão da rede para o interior, em 1994, com a Unidade de Ensino



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró) (OLIVEIRA, 2010).

Nesse período, a assistência estudantil, que era um conjunto de ações com o objetivo de promover o acesso e a permanência do estudante vindo da classe trabalhadora, com profissionais de Serviço Social e de outras áreas, como saúde, já estava consolidada por meio de programas, como bolsas de trabalho, auxílio transporte e o programa de alimentação, que foi o mais antigo programa da instituição.

O decreto que transformou a ETFRN em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) foi publicado em 18 de janeiro de 1999 (BRASIL, 1999).

Apesar do plano global capitalista, no Brasil, a partir de 2003, houve uma mudança na conjuntura política nacional que refletiu especialmente na expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de que trataremos, dando início a um ciclo de reestruturação e ampliação da rede.

Com o início do Governo Lula, em 2003, o Decreto n. 5.154/2004 estabeleceu uma nova estruturação para a educação profissional (BRASIL, 2004). A escola iniciou um processo de redimensionamento do seu projeto político-pedagógico e definiu uma nova identidade institucional, com a oferta do ensino profissional por meio de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos de nível médio nas modalidades integradas e subsequentes, cursos de graduação tecnológica e de formação de professores.

Mais de doze anos se passaram até um novo projeto de expansão que teve início em 2006 com três UNEDs: Ipangaçu, Currais Novos e Zona Norte. Em 2007 o governo lançou mais uma fase de expansão com 6 novas unidades (João Câmara, Santa Cruz, Macau, Apodi, Pau dos Ferros e Caicó) e, para fechar esse ciclo de mudanças, em 2008, o Ministério da Educação criou em todo o país, pela Lei n. 11.892/2008, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, compostos pelos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas (BRASIL, 2008). Assim, o CEFET/RN foi transformado em IFRN, formado na época por 11 unidades que passaram à denominação de *campus* tendo a reitoria como órgão executivo máximo.

Na transformação para IFRN, a assistência estudantil foi uma das políticas que ganharam destaque, passando a ter uma Diretoria de Gestão dessa política para gerenciar e descentralizar os recursos a serem executados nos *campi*. Também houve a ampliação do número de profissionais e a reformatação de regulamentos, pois a diversidade dos alunos, dada a expansão e a interiorização dessas instituições, passou a ser intensa.

Para melhor orientar essa política, em 2010, foi instituído o Decreto nº. 7.234 – Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010). É preciso ressaltar que esse plano foi constituído a partir da realidade das





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

instituições de ensino superior, compondo um desafio para rede de educação profissional. Em 2012, foi formulado o projeto político pedagógico (PPP) do IFRN que explicita a função social da instituição, reforça a ideia da formação humana integral e coloca como objetivos da assistência estudantil ações que se voltem para o acesso e a permanência dos alunos que estão em maior vulnerabilidade social (BRASIL, 2012).

A assistência social estudantil vem sendo cada vez mais requisitada na instituição e se firmando devido à relevância que esse trabalho apresenta no Instituto, não só na luta pelos direitos dos estudantes, como também intervindo nas questões de ordem socioeconômica que afetam e/ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem e a permanência do estudante na instituição com vistas à conclusão dos estudos.

A própria inserção do assistente social nesse espaço ocupacional vem crescendo atualmente no estado, após a criação do Serviço Social Escolar por meio da promulgação da Lei nº 8.804/2006 (RN, 2006).

As ações e programas da assistência estudantil tem uma importância para o usuário, pois sem eles muitos dos alunos que são atendidos pelos programas de assistência ao estudante não conseguiriam concluir o curso, ocorrendo a evasão escolar devido às poucas condições socioeconômicas desses alunos. No entanto, é preciso ressaltar que a assistência estudantil transita em um espaço que, historicamente, o profissional do Serviço Social atua, ou seja, no âmbito das políticas sociais. Este se configura como um espaço contraditório, pois se constitui sob tensões e lutas sociais, pois é um meio de interesses divergentes, como também sob conquistas para as classes que se se utilizam dessas políticas.

O principal objetivo do desenvolvimento da assistência estudantil é intervir nas relações sociais familiares e nas questões de caráter socioeconômicas que afetem e dificultem a concretização do processo ensino-aprendizagem.

Entre as muitas demandas da questão social está a educação, polarizada pelo conflito de classes e do capital onde o menos favorecido também tem menos acesso. E na educação voltada para o capitalismo, a escolarização esta aliada à formação técnica que prepara uma classe que vai oferecer a sua força de trabalho ao capital globalizado.

A Assistência Estudantil é uma política que se insere na política social da educação e na política de Assistência Social. É um conjunto de políticas realizadas por meio de programas de promoção, assistência e apoio.

## **Conclusão**

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

É preciso conceber a educação enquanto um espaço de construção de um conhecimento, de socialização de um saber historicamente construído e que possibilite descobrir e desvendar habilidades e potencialidades de cada um ou de um grupo que ali esteja. Entretanto, a concepção de educação enquanto direito, ainda não é efetivado e garantido universalmente.

Daí, conclui-se, que para a efetivação da educação é necessário que se tome como prioridade a assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, operando, pois, no horizonte da universalidade da cidadania. Desta forma, entendemos que a assistência estudantil se caracteriza como uma política de apoio aos estudantes de baixa renda, que não tem condições de se manter e, conseqüentemente prosseguir seus estudos.

A noção de assistência ao estudante deve estar vinculada a um projeto acadêmico, porque, ao contrário, adquire uma fisionomia e descaracteriza a Instituição como formadora de produção e difusão do saber.

O fator determinante para a inserção do assistente social no âmbito educacional é a dimensão sócio-educativa da profissão, favorecendo a formação integral e o exercício da cidadania.

Nesse contexto, pode-se afirmar que, as experiências da assistência estudantil devem ser entendidas como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento, e, por conseguinte, que se possa assegurar a igualdade de condições de acesso, favorecer a permanência na escola e contribuir para a conclusão do curso.

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem a inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial**, n. 26, nov. 2005. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Título II, Cap. II, p. 20.

\_\_\_\_\_. Decreto de 18 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN, e dá outras providências.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 1999. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior%20a%202000/1999/dnn7933.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1999/dnn7933.htm)>. Acesso em: 25 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Seção 1, p. 2957. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2010.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm). Acesso em: 25 de jan. de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**.

Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.552, de 16 de Fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 17 fev. 1959. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm)>. Acesso em: 25 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília, 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível

em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva. Documento Base. Março de 2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/documento-base-do-ppp>>. Acesso em: 1 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Portal da Memória do IFRN**. Disponível em: <<http://centenario.ifrn.edu.br/>> Acesso em: 1 de setembro de 2015.

CIAVATTA, Maria. **A cultura escolar em trabalho e educação: a memória fotográfica de sua transformação**. Educação e Filosofia. Uberlândia, v 23, n. 46, p. 37 – 72, jul./dez. 2009. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducaçãoFilosofia/article/view/2188>> Acesso em: 1 jun.2014.

COUTINHO, C. N. **A dualidade dos poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense,1987.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2005.

DEMO, Pedro. **Educação pelo Averso: Assistência como um Direito e como um Problema**. São Paulo: Cortez, 2000.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

GOMES, Nilma Limo. **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **De escola de aprendizes a instituto Federal do RN: 100 anos transformando gerações: cronologia histórica: 1909-2009.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal: Editora do IFRN, 2009. 16 p. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.** Natal: Editora do IFRN, 2011. 156 p.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira.** Revista Brasileira de Educação, v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

OLIVEIRA, Marcos Antônio de. A Criação da Unidade de Ensino de Mossoró: Realização de um Sonho da População do Oeste Potiguar. In: PEGADO, Erika A. da C. (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI,** Natal: IFRN Editora, 2. ed., 2010. 132 p. Disponível em:

<<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-em-pdf/a-trajetoria-do-cefet-rn>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, Eraldo L.; MULLER, Meire T. (Org.) **A Educação Profissional no Brasil.** Campinas: Alínea, 2013. P.257-280.

PEGADO, Erika Araújo da Cunha. Reflexos da História no Cotidiano Institucional desde a Escola de Aprendizes e Artífices até o CEFET-RN. In: PEGADO, Erika Araújo da Cunha (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI,** Natal: IFRN Editora, 2. ed., 2010. 132 p. Disponível em:

<<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-em-pdf/a-trajetoria-do-cefet-rn>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1986. RN. LEI Nº 8.804, de 24 de fevereiro de 2006. Cria o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado.** Natal, RN, 25 fev. 2006. Disponível em:

<[http://www.al.rn.gov.br/portal/\\_ups/legislacao//arq50530b6a469e4.pdf](http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao//arq50530b6a469e4.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.